

AURORA

REVISTA N° 11
ANO 1 - 2011
SETEMBRO/OUTUBRO

LOBREIRA

EDUCAR. ORGANIZAR. EMANCIPAR!

X EXPRESSÕES
ANARQUISTAS



ANARKIO.NET



***Organiza e Luta!
Anarquia Sempre!***



EDITORIAL

Esta publicação traz um especial sobre o anarcossindicalismo e visa ajudar nas conversas sobre tal tema nos espaços anarquistas e sindicais onde isso seja possível.

A luat se mantém, ela se refaz, especialmente quando se ocupam espaços como está ocorrendo no espaço Timothy Leary, trazendo contribuições importantes na construção do anarquismo em Campinas.

Publicamos mais 4 princípios anarquistas para a reflexão em nosso movimento e como podemos atuar de forma a proporcionar condições de rompimento com a opressão e exploração dominante.

Que a leitura seja proveitosa!

Só a luta nos trará dignidade e liberdade!

Saúde e anarquia!

Fenikso Nigra

Grupo de ação e divulgação anarquista e do esperanto, construindo o anarquismo através de práticas libertárias.

AURORA
OBREIRA

Redação: Voluntários do Fenikso Nigra

Editoração: ICN

Imagens: Arquivo Bem Estar e Liberdade
Esta revista foi inteiramente desenvolvida em softs livres:

LIBREOFFICE, INKSCAPE, GIMP,

SCRIBUS em plataforma operacional Linux: Ubuntu 11.04.

Contatos:

Fenikso Nigra: fenikso@riseup.net

Barricada Libertária:

barricadalibertaria@yahoo.com.br

Expressões Anarquistas: exprana@riseup.net

Listas eletrônicas (solicite já sua adesão):
expressoesanarquistas@lists.riseup.net
fenikso@lists.riseup.net

Fenikso Nigra - Caixa Postal: 5005 - CEP:
13036-970 - Campinas/SP

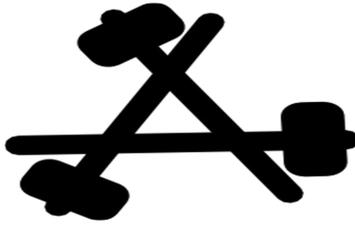
Aurora Obreira - Revista anarquista - nº 11 - Setembro/Outubro 2011. Revista anarquista para divulgação e informação sobre o anarquismo.

Sobre Licença Creative Commons:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/br/>:

Você pode: -copiar, distribuir, exibir e executar a obra; criar obras derivadas sob as seguintes condições: - Atribuição: Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor licenciante; - Uso Não-Comercial: Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais; - Compartilhamento pela mesma licença: Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

ANARQUIA!
FENIKSO NIGRA



Nessa edição

Editorial	03
Xº Expressões Anarquistas 2011	05
Manifesto da Ocupação Timothy Leary	06
Só a luta trará a dignidade e liberdade	08
Construção do Anarcossindicalismo no Brasil no séc. XXI	09
Introdução	09
A revolução começa pela educação	12
Breve História do Anarcossindicalismo	13
Sindicatos Hoje	22
Organização	24
Princípios Anarquistas (continuação)	26
IV-Ação Direta	26
V-Pluralidade	27
VI-Antiautoritarismo	28
VII-Classismo Combativo	28
Eýropo sen Pulso	29

10º EXPRESSÕES ANARQUISTAS

EXPOSIÇÕES, OFICINAS, CONVERSAS
MÚSICAS, IDÉIAS, IMAGENS, VIDEOS
E MUITO MAIS



TRAGA E COMPARTILHE SUA EXPRESSÃO
ANARQUISTA

15 E 16 DE OUTUBRO 2011

15 DE OUTUBRO

9 h - Abertura e apresentação
do evento, propostas para realização
10:30 h - História do Expressões
12 h - Rango
14 h - Direito e Anarquia - CCS-SP e Fenikso
Nigra
15:30 h - Lanche
16 h - Discussão sobre genero - Capre

16 DE OUTUBRO

9 h - Esperanto, Linux e
Anarquia - Fenikso Nigra
11 h - Rango
13 h - Anarcosindicalismo hoje e lutas
no campo paulista - L.S.O.C. e Barricada
Libertária
15:30 h - Lanche
16:30 h - Plenária Geral aberta a tod@s

Horários e assuntos sujeitos a alterações conforme o entendimento e interesse dos presentes.

Não haverá alimentação nem alojamento no local.

LOCAL: CENTRO DE CULTURA SOCIAL - SAO PAULO (CCS-SP)

RUA GENERAL JARDIM, 253 SALA 22
VILA BUARQUE SAO PAULO - SP
PROXIMO AO METRO REPUBLICA

+ Informações: exprana@riseup.net fenikso@riseup.net ccssp@ccssp.org barrilliber@riseup.net

APOIO:



OCUPAR é Preciso!



Manifesto da Ocupação Timothy Leary

Localizada a 96 Km de São Paulo, comportando 1.080.999 habitantes, a terceira maior cidade do Estado, em Campinas urge a necessidade de um espaço político-cultural onde indivíduos possam se reunir para (des)construir algo coletivamente, criar um ambiente onde impere a autonomia, liberdade e solidariedade, um local para todxs que se mantém na resistência diária a esse sistema que oprime e conforma, individualiza, enfim, a todxs que almejam e lutam por transformação.

Partimos da noção de imprescindibilidade de um espaço físico libertário, um ponto de referência e convergência na cidade, quiçá da região, para que indivíduos que compartilhem das mesmas idéias possam se relacionar harmoniosamente em prol de objetivos comuns. Um lugar aberto à comunidade, onde sejam realizadas atividades com o intuito de estimular a autonomia e livre reflexão, valorizando a diversidade.

Nós, squatters, somos contra as políticas de gentrificação (enobrecimento) realizadas pelo Estado Brasileiro nesses últimos anos. Tais políticas tentam efetuar uma ?limpeza urbana?, principalmente, nas áreas centrais, lançando as classes baixas, antigxs moradorxs dessas áreas desvalorizadas durante anos, a bairros periféricos. Para tanto, o Estado conjuntamente com atores privados empreendem políticas de revalorização e revitalização, com o objetivo de tornar o perímetro central atrativo econômica e culturalmente, seduzindo, assim, as classes abastadas. O que isso ocasiona? A supressão da natureza pública do espaço! Isto é, o acesso ao lazer, cultura, turismo, nas áreas centrais

se torna restrito, visto que depende da situação econômica e da disponibilidade de cada indivíduo. Logo, o acesso de classes baixas é impossibilitado, tanto econômica quanto espacialmente. O centro transforma-se para elxs em um simples local de passagem, no qual são exploradxs cotidianamente e despendem horas no caos do trânsito urbano. O Estado, a mídia corporativista burguesa, as corporações, trans e multinacionais, justificam o processo de gentrificação afirmando que as reformas têm o escopo de resguardar o patrimônio histórico presente nos centros das cidades. Engodo! Não há equidade de espaços, há fortalecimento de privilégios, a gentrificação gera exclusão, não inclusão! Todas as transformações efetuadas têm um caráter mercadológico com um viés político, a revitalização não acarreta a resignificação de uma estrutura histórica e sim cria mais um segmento de mercado.

Somos contra também a especulação imobiliária, a qual está intimamente ligada ao processo de gentrificação. Entendemos que um imóvel ocioso comprado na expectativa de que seu valor de mercado aumente posteriormente para venda ou aluguel deve ser okupado (segundo a constituição, morar é um direito), devido ao gritante contraste: poucxs com muito e muitxs com pouco, ou seja, há uma grande concentração de terras nas mãos de poucxs. Normalmente, empresas ou grupo de pessoas adquirem imóveis contíguos numa mesma região, fazendo, então, com que a oferta seja reduzida, isso provoca aumento de preços. Manifesta-se aí que o comprador/a não busca fins habitacionais e aguarda, tão somente, sua valorização, impossibilitando, conseqüentemente, que indivíduos de classes baixas possam habitá-las. Diante de um quadro de luta por acesso à terra, por reforma agrária, nós defendemos a okupação como forma de ação direta!

Estamos na terceira semana de okupação, já executamos a limpeza do imóvel okupado, retiramos entulhos que estavam jogados por toda parte, conseguimos captar energia elétrica, reformamos alguns cômodos, realizamos oficinas de stencil e um almoço coletivo vegan aberto à comunidade. Estamos caminhando, hoje à margem, mas sempre buscando expansão para amanhã todxs sejamos livres.

Arriba lxs que luchan! Okupa e Resiste!

ANARQUIA!
FENIKSO NIGRA



ANARKIO.NET

**Só a luta nos trará a
dignidade e liberdade!**



Construção do Anarcossindicalismo no Brasil no século XXI

Introdução

A construção do sindicalismo revolucionário, isto é, do anarcossindicalismo tal como é orientado pela primeira associação internacional dos trabalhadores (IWA-AIT) é a construção de uma base sólida e compacta de resistência e avanço pela emancipação não só dos trabalhadores, mas de tod@s os explorados e oprimidos. Isso de forma direta e objetiva significa o rompimento com todos os modelos sindicais que estejam e tenham relação de manutenção e sustentação de qualquer forma de Estado e do capitalismo e suas variações autoritárias e democráticas.

Trazendo essa base para o Brasil, a construção do anarcossindicalismo atual é um resgate de um passado de lutas por bem estar e liberdade. A história oficial nega, omite ou distorce esse fato, chega a propor a inexistência de uma organização anarco-sindical no Brasil e da luta anarquista, da capacidade de organização na defesa e luta por bem estar e liberdade e do avanço na proposta de emancipação do trabalhador por sua própria força e ação, sem mediadores ou intermediários oportunistas, aventureiros e aproveitadores das forças dos trabalhadores.

A construção do anarcossindicalismo no Brasil passa por três pontos importantes: educação, organização e emancipação. E nesse processo é necessário trazer a experiência dos núcleos pró-COB que desde 1985 tentam organizar a luta anarcossindical no país com resultados duvidosos.

Avaliado a organização desses núcleos percebe-se fragilidade na construção do sindicalismo revolucionário, que abriu espaço para que aproveitadores, sem nenhum espírito libertário, tomassem o controle e o levasse à propostas reformistas e oportunistas que se adequam ao capitalismo sem enfrentá-lo decididamente. Após 26 anos, os núcleos pró-COB se mantêm pequenos sem projeção no meios dos trabalhadores, limitados a falas inflamadas sem práticas expressivas, por falta de uma educação na ação de

seus militantes, que sem referências expressivas da história do anarcossindicalismo brasileiro, tomam como base as práticas de ação do sindicalismo oficial e dos partidos políticos dentro de uma organização que deveria ter bases anárquicas claras e objetivas para seus associados.

Disso resulta que a organização anarco-sindical no Brasil é insipiente, mas contraditoriamente vinculada a IWA-AIT o que mostra grande desinformação sobre a realidade do anarcossindicalismo no Brasil pelas seções associadas a IWA-AIT. O que deveria ser uma retaguarda importante para o crescimento do sindicalismo revolucionário se tornou um obstáculo para o crescimento do anarcossindicalismo no país, já que os núcleos “oficiais” só aceitam quem se submete as regras subjetivas que criaram e de um círculo de amigos, sem mais critérios claros e definidos de uma organização. Isso tudo sem contar com o pseudo-anarcossindicalismo que tem suas expressões na CGT-Espanha, na USI Roma (Itália), na CNT-Vignoles (França), SAC (Suécia) e que contam com organizações no Brasil como parceiras (FAG, FARJ, FASP, RP, OSL, CAZP etc).

Isso será aprofundado no decorrer desse texto, pois são experiências que temos do que não fazer, já que os resultados em nada contribuem para a emancipação de nossa gente ou o crescimento do anarquismo de forma livre a qual se necessita. O compromisso com nossos companheiros e companheiras do passado, guerreiros e guerreiras de luta, entendemos que temos os elementos para construir um sindicalismo revolucionário digno e livre na luta por nossa emancipação rumo ao comunismo libertário.

O presente texto é fruto de nosso livre estudo para desenvolver e apresentar uma conversa sobre um tema que tem sido controlado pelo sindicalismo oficial e seus parceiros institucionais, apresentando uma versão “oficial” que se torna referência até para grupos que se dizem “anarquistas”. Vejam textos das organizações anarquistas que se dizem “específicas”, “orgânicas”, “plataformistas” (as FAs, as RPs e sucursais afins), que usam os meios institucionais, numa tentativa de “subverter” tais organizações, mas acabam sendo “subvertidos” pelo sistema e o mantendo funcionando, além de oferecer um apoio discursivo aos poderosos, que usam tais grupos como exemplo de tolerância democrática do jogo político burguês, em nosso entendimento, tais grupos se prestam a serem marionetes para o sistema que os domina.

Dado ao avanço de tais ideias “conciliatórias e partidárias” no meio anarquista cabe de uma forma racional fazer o exercício do diálogo e crítica que isso exige em nosso meio que é formado por múltiplas práticas, sempre tendo no anarquismo, sua base de inspiração.

O que não se pode é aceitar certos discursos e práticas sem nenhuma avaliação ou compreensão do se faz. Qualquer um ou grupo pode se autoneamar como quiser e fazer o que quiser, mas é da realização de suas ações que teremos de fato uma identificação clara ou aproximada do que realmente são, afirmando ou negando a autoneameação inicial e evidenciando

aquilo que se entende por hipocrisia (afetação de uma virtude, de um sentimento louvável que não se tem; impostura; fingimento) e demagogia (promessas mirabolantes para iludir o povo, preponderância das facções populistas!). No caso presente, refletiremos sobre a questão do anarcossindicalismo e é mais do que necessário criar espaços livres e autônomos, construídos de forma autogestionária de discussão sobre as práticas do anarco-sindicalismo do passado e de agora, uma outra versão que mostre o lado dos oprimidos e explorados, a versão dos vencidos, a construção de nossa memória de luta.

Os anarquistas sempre atuaram nos movimentos sociais e sua referência sempre foi movimento operário como catalizador de todas as lutas sociais e movimentos sociais, sem nenhuma preocupação em compartimentar em grupos "específicos" ou com alguma terminologia acadêmica, ou agregar uma teoria "x" ou "y" a tal ação.

Apresentamos como isso se fez e como a prática anarquista e anarco-sindicalista de hoje não deve se submeter ao Estado e as instituições a ele vinculados, mesmo que indiretamente, optando por uma caminho mais difícil, mas ao mesmo tempo o que assegura a liberdade e o bem estar que nossa luta indica, coerentemente com que nossa proposta.

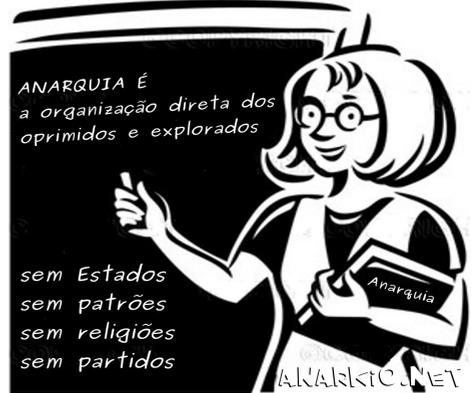
Avancemos, a nossa emancipação é nossa obra e de mais ninguém.



A revolução começa pela educação.

O conhecimento é uma poderosa arma da qual devemos difundir da forma mais ampla possível. O que nos interessa mais é que cada indivíduo desenvolva consciência e através dela capacidade de análise, reflexão e ação. A ignorância só serve aos poderosos!

Mas a educação institucional se tornou uma referência obrigatória e dita a forma moral e política da população. Existe uma desigualdade no processo educativo. Há modelos populares que se importa mais com os resultados. Os esforços do MEC nesse sentido são de alterar a forma de avaliação, nivelando por baixo as médias dos estudantes. Isso é importante porque é necessário dizer que há uma mão de obra que tenha realizado os passos e obtido os certificados atestando isso. É claro que ao se fazer uma análise mais acurada percebe-se que são apenas conhecimentos elementares, sem nenhuma profundidade, sem qualidade nenhuma. Em contrapartida, a espaços educacionais com o mais alto grau de preparo e que tem um objetivo claro em uma sociedade autoritária, logo, hierarquizada. É formar um grupo dirigente nas diversas áreas e que ditarão os rumos da sociedade em todos seus aspectos.



É claro que em uma pseudo-democracia, o fato não pode ser tão claro e deve ser floreado, maquiado com um discurso que podemos entender como “igualitário”. O Estado omite nesse discurso, transformado em lei magna do país. Mas a sua aplicação não corresponde ao discurso. As pessoas tem direito, mas as relações censitárias é que dominam, ou seja, quem tem condições econômicas é que usufruem das prerrogativas de direito no sistema. Veja o exemplo das entidades de classe. No MET e outros ministérios, quais as organizações que possuem acesso livre nesses espaços? Em 90% dos casos, são as entidades empregadoras, empresariais que são atendidas. A influência e parceria é tal que se noticia com frequência que nos encontros, congressos e reuniões dessas associações, sempre há representantes do governo como ministros, presidentes e consultores correlatos. Essa promiscuidade ocorre debaixo de nossos olhos, mas como a capacidade critica de nossa população é irrisória, parece ser algo comum. De fato, a formação de uma população ignorante é um sucesso para o capitalismo. Essa ignorância leva como explicamos, a manutenção da desigualdade social e a modelos de harmonia social, nacionalistas, filantrópicos (pode-se ler também como “pilantrópico”) e assistencialistas.



Breve história do Anarcossindicalismo no Brasil.

A maioria dos casos os estudos históricos sobre o sindicalismo no Brasil quase sempre relatam de forma abreviada o anarco-sindicalismo, isso quando citam a sua existência, apresentando uma ascensão e queda vertiginosos, quase sempre atribuindo aos próprios anarco-sindicalistas tal declínio, e encerram o período com o decreto do Ditador Getúlio Vargas, que criou a CLT, o ponto final no sindicalismo livre no país e início de um período de mais de 70 anos da organização corporativa no meio do trabalho.

Destacam nesses estudos, porém, a formação da CUT e da CGT, ambas oriundas do sindicalismo celetista, de passado recente, com grave atrelamento partidário e religioso. Em nossa análise, entendemos que essa construção histórica atende aos interesses partidários no intuito de reduzir a força do anarcossindicalismo e suas práticas libertárias que marcaram por décadas a vida dos trabalhadores no Brasil. É um recorte grotesco, que distorce e oblitera a memória dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Vamos além, há diversas teses que tentam apagar a existência do anarcossindicalismo e dar ao sindicalismo revolucionário outra conotação que não a anarquista, mas de socialistas e outras vertentes ideológicas, que eram minorias e atuavam sem problemas dentro do sindicalismo revolucionário, de base anarquista como é mostrado nos documentos históricos, jornais e cartas do período.

Procuram isolar o pensamento anarco-sindicalista como peça de um museu bizarro inventado nas cabeças desses “iluminatti da esquerda institucional”.

Diante desses revisionismos só podemos, com todo respeito, manter a

luta daqueles companheiros e companheiras, de centenas deles assassinados pela repressão estatal a serviço dos interesses do capital. Sempre lembrando que em regra ocorreram expulsões do país, em sua maioria sem processo regular, prisões arbitrárias, espancamentos, invasões de residências sem autorização judicial e a agressão sistêmica a todo e qualquer movimento reivindicatório, como greves e discursos feitos contra a carestia, guerras assassinas, perseguição policial, demissões e destruição de sedes sindicais. O sindicalismo no Brasil tem origem indefinida, porém antes do fim da escravidão, e recebendo forte alento com a imigração de milhares de trabalhadores, sobretudo da Europa, os quais trouxeram experiências de organização obreira, sobretudo os de origem italiana e espanhola.

Temos aqui um caso de transição de regimes de trabalho, embora sobre uma análise mais aprofundada, veremos que possuem muito mais em comum do que se pode acreditar. A mão de obra escrava foi se tornando cada vez mais difícil de obter à medida que se aperta o cerco abolicionista, traduzido em uma escalada de leis que visavam reduzir e eliminar o trabalho escravo aos poucos, o que deu aos grandes proprietários de escravos tempo bastante de se adaptarem e montarem outras formas de exploração.

Internamente o movimento abolicionista teve apoio de setores da classe média brasileira, das populações pobres das periferias das cidades que ajudavam a ocultar os fugitivos, da grande maioria dos jornalistas e outros profissionais liberais.

~~Toda riqueza tem que ser repartida ...~~



anarkio.net

Todo assalariado ainda é escravo! Rebele-se!

Somam-se as estas camadas sociais, a própria ação dos escravos, que fugiam para os espaços livres (percursoras das Zonas Autônomas Temporárias, TAZ em inglês) denominados Quilombos, promoviam rebeliões e, infelizmente, por vezes, se suicidavam. Os ferroviários estevam entre os que se destacaram no apoio as fugas do interior dos cafezais, algodoais e canaviais, transportando os africanos para lugares seguros. Por último, a recusa das tropas regulares do exército em dar caça aos escravos evadidos das fazendas em apoio aos criminosos Capitães do Mato, obrigou o governo dos latifundiários a promulgar o fim da escravidão sem, contudo, prever e prover aos ex-escravos uma indenização ou qualquer forma de base de

sustentação como escola, trabalho, casa, comida, saúde pública, enfim um mínimo de condições de sobrevivência ou condições dignas para esses novos cidadãos brasileiros. Abandonados a própria sorte esses guerreiros, conseguiram, não sem muita discriminação, desenvolverem sua cultura, preservar sua memória e manter viva a luta por liberdade e igualdade que ainda não se tem.

Aliado aos movimentos internos antiescravidão, a Inglaterra decretará em 1845 o “Bill Aberdeen”, que era a prática de atacar e aprisionar barcos de tráfico negreiro, com isso elevando muito o preço dos africanos. Os interesses ingleses não eram humanitários, mas de ampliar o mercado de consumo para seus produtos industrializados em todo o mundo. Por certo tempo ainda houve tráfico interno, mas com as leis restritivas em vigência e aos movimentos de resistência, a mão de obra escrava se tornou muito custosa. Embora com toda essa resistência ao escravismo, infelizmente o Brasil foi dos últimos a abandonar tal prática degradante e monstruosa, isso quase a luz do Século XX, não que o trabalhador submetido ao salário seja mais “humano” do que a escravidão, só se transferiu a responsabilidade de sobrevivência para os assalariados, que com uma paga ínfima tem que se manter e produzir para manter o sistema funcionando, ou seja, com o declínio da viabilidade do uso da mão-de-obra escrava no país, uma das soluções encontradas foi o uso da mão-de-obra assalariada, principalmente imigrante.

Não se pode afirmar que era uma mão de obra mais qualificada do que os africanos, uma vez que vieram justamente para exercer o mesmo trabalho que os africanos já faziam e tinham experiência, ou seja, trabalhar inicialmente nos cafezais.

É ilusório acreditar nisso e há de se perguntar por que não foi assalariada a mão de obra africana já existente no país?

Compreendendo a extensão das grandes plantações de café é fácil entender que era preciso muito mais trabalhadores e o custo de trazer esses imigrantes de seus países foi muito menor do que fornecer aos africanos uma estrutura de vida assalariada, já que nada possuíam e a elite de nosso país extremante preconceituosa pretendia “clarear” o país, já que mesmo com a abolição, não tinham nenhuma consideração com os africanos. A omissão do governo e o desprezo dos fazendeiros com os africanos e seus descendentes, levaram a formar nas periferias das cidades, as primeiras núcleos desorganizados populares do Brasil ou o que podemos atribuir de favelas, tendo em conta que a favela é um termo surgido no episódio da luta contra Canudos, quando os soldados que lá lutaram, ao regressarem para capital, reivindicaram as casas que o governo prometeu e que não receberam, levando-os a construir por conta, nos morros do Rio de Janeiro, suas casas e por lembrar as árvores de favela nas encostas do sertão baiano, o nome pegou.

A opção pelo uso de imigrantes não foi somente segregadora, mas também econômica, até porque mesmo que se optasse pelo assalariamento da mão de obra africana residente no Brasil, não haveria trabalhador suficiente. Existe a

hipótese de que para trazer a mão de obra africana seria muito mais caro porque deveria ser trazida em condições humanas (e não mais nos tenebrosos navios “túmbeiros”), não havendo barcos nas condições adequadas entre África e América do Sul com a regularidade necessária para suprir a demanda por mão de obra assalariada.

A situação era diferente entre Europa e América do Sul, com rotas regulares de navios com as mínimas condições para trazer famílias inteiras, a opção natural foi por essa última. Mas há muito para se estudar nesse período para entendermos de fato o que ocorreu e quais razões levaram a isso. Merece, não obstante, ser lembrado aqui os seguintes particulares: que houveram restrições de natureza ideológica a vinda dos chineses para o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos da América, e as populações marginalizadas do Nordeste foram inicialmente levadas para o Norte do Brasil, sem lhes oferecer qualquer tipo de oportunidade de ascensão social naquelas paragens ou condições de vida digna. E, finalmente, com a predominância de clima frio na Região Sul do Brasil e por isso não adequado para o plantio de açúcar e posteriormente de café, levou ao governo brasileiro facilitar a vinda de milhares de indivíduos pobres, principalmente de regiões rurais da Europa, aos quais foi possibilitada a posse de pequenos módulos rurais com a intenção de povoar tais áreas. Temos como exemplo a Colônia Cecília no interior do Paraná, realizada por pioneiros anarquistas.

Milhares dessas famílias também se instalam nas cidades, trabalhando como assalariados ou como pequenos artesãos. A questão é que com a imigração, transformaram-se as relações de trabalho. Em princípio, grande parte desses trabalhadores foram para as lavouras de café, onde a exploração dos fazendeiros era imensa, gerando enormes atritos. Os grandes fazendeiros habituados com a escravidão, mantiveram posturas autoritárias sobre a mão de obra assalariada, levando os trabalhadores a abandonar os campos e ir trabalhar nas cidades

Devemos lembrar que esse é um período muito próspero para a cafeicultura, a maior mercadoria de exportação do país, se não a única, gerando muita riqueza, a ponto de serem os governantes desse período vinculados diretamente ao setor cafeeiro. Com essa prosperidade enorme e sobre a influência da industrialização europeia por conta dos filhos que para lá iam estudar, resolvem investir na produção industrial, o que é chamado por alguns economistas, de industrialização tardia brasileira. Nesse processo, ocorre a implementação de fábricas com plantas de baixo custo, de pequeno porte e de substituição de produtos básicos. A indústria nacional necessitaria de mão de obra assalariada. Muitos imigrantes, já familiarizados com o modo de produção industrial e com o “chão da fábrica”, supririam essa demanda. Mas, igualmente como nas fazendas, as explorações se manteve sobre os trabalhadores levaram-nos a se organizar em grupos de resistência, ligas, sindicatos, para se defender de tal exploração patronal. É muito importante salientarmos isso, porque se para muitos ainda são presentes as imagens da

ditadura militar e a resistência contra o regime totalitário e o impacto disso no meio dos trabalhadores, por outro lado, pouco é lembrado sobre o período autoritário da Velha República e o quão cruel foi esse período para as recentes organizações sindicais.

É preciso frisar que as questões relacionadas ao trabalho eram tratadas como caso de polícia. Não havia uma regulamentação do trabalho e os governos não tinham nenhuma preocupação com os explorados e oprimidos, a não ser mantê-los sobre controle. Todas as medidas governamentais do período foram de repressão contra os trabalhadores. Pontuando a regra, a primeira medida a ser adotada pelos governantes das oligarquias dirigentes foram as prisões arbitrárias e a consequente expulsão do Brasil inclusive de operários aqui nascidos. Seguem-se as sucessivas leis de expulsão de estrangeiros tidos por indesejáveis, sob o argumento de serem perigosos agitadores (recebiam a calúnia de dinamiteiros). Comum também, ao longo de toda a República Velha, foi a decretação do Estado de Sítio. Com seu uso impedia a circulação de jornais que contestassem o Governo e principalmente os jornais operários, sob o argumento de que estavam a por em risco a ordem pública. Ficava proibido o direito de reunião e o de promover protestos e manifestações.

Outras medidas repressivas foram os aprisionamentos em Campos de Concentração, como o da Clevelândia, Oiapoque, em plena selva amazônica; as já reportadas deportações dos chamados "elementos subversivos" de nacionalidade estrangeira; a divulgação de listas negras com nomes de trabalhadores considerados agitadores; a constante perseguição policial e invasão nos espaços sindicais e as frequentes quebraadeiras nas gráficas operárias (empastelamento), impedindo a tiragem de material sindical. Mas recorrendo aos jornais do período (aqueles que foram mantidos e guardados em arquivos da militância), temos muitos casos de perseguições e assassinatos encomendados pelos patrões ou ignominiosamente praticados pelos sequazes do Estado e dos partidos ditos "operários".

Mesmo assim, os trabalhadores perseguidos, explorados ao máximo em jornadas de trabalho de 12, 14 e 16 horas, sem qualquer direito social assegurado em lei, conseguiram se organizar para enfrentar tais abusos. Quando nos referimos aos trabalhadores, não se trata apenas dos homens, mas também das mulheres e crianças, que formavam a força trabalhadora no período.

A Confederação Operária Brasileira (COB) foi criada em 1906, dado o avanço nacional da organização realizada pelos trabalhadores. Considerando a forte repressão, não só foi um marco importante, mas mostrava a capacidade organizativa livre dos trabalhadores, muitos oriundos do movimento anarquista. Nada tendo de pequeno-burguês como afirmam alguns historiadores. por não constataram estruturas "partidárias profissionais" que ditassem valores "revolucionários" trabalhadores, conforme o modelo predominante burocrático parlamentar.

No desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, as associações de

resistência tinham compromissos com a educação dos companheiros e de seus filhos, com Escolas laicas e racionais (Escolas Modernas) inspiradas em intelectuais como Elisée Reclus, Piotr Kropotkin, Francisco Ferrer e outros. Caixas de Greve eram levantadas para apoiar as famílias dos grevistas. Também contribuíam em ajuda médica, e em caso de luto, havia amparo a família, realizados a partir de contribuições simples de cada sindicalizado, sem imposição, sem obrigatoriedade.

O processo sindical em si já era altamente educativo e preparava os associados à uma vida de bem estar e liberdade, bases para a emancipação humana. O mais importante em tudo isso é que não se separavam as lutas sociais, econômicas e políticas. Tudo era um só movimento de luta de classes, de confronto direto com os poderosos. Podemos mencionar que os movimentos sociais nesse período estavam coordenados, unidos através da luta anarcossindicalista, que contemplava a amplitude e integralidade da luta emancipatória. Seria estranho nesse período falar de movimentos sociais separados, pois não havia o pensamento partidarizado que predomina agora, o que levou a uma “especialização” das lutas e a uma fragmentação dos movimentos sociais.

As greves gerais, paralisações eram comuns, constituindo práticas importantes de luta e educação entre os trabalhadores.

Nesse sentido, destacaram-se as Greves Gerais de 1917 e de 1919, que são consideradas as maiores greves no Brasil até hoje, pela extensão da paralisação e impacto na sociedade.

Por outro lado, a introdução da ideia de um partido burocrático, totalitário, centralizado, para gerir as lutas dos operários, levou a formação do Partido Maximalista tutelado por Moscou, auto intitulado de Comunista do Brasil, que logo começaria a disputar os sindicatos com os anarquistas.

Este fato foi reforçado pelo advento da Revolução Russa e favorecido pelo desconhecimento do que ocorria – demora no curso das informações sobre o que efetivamente se passava no leste europeu – e os desdobramentos da contrarrevolução bolchevique. Nessa situação, o anarcossindicalismo enfrentou os seus inimigos clássicos: os Patrões, o Estado, a Igreja, os Amarelos (pelegos do meio sindical) e agora um novo inimigo, o Partido Bolchevista.

Enfraquecido pelos incessantes ataques e perseguições por esses inimigos, o anarcossindicalismo consegue manter-se como agente social de transformação e referência de luta. Por exemplo, em 1934, havia mais de 50 sindicatos associados à Federação Operária de São Paulo (FOSP) e realizaram a Batalha da Praça da Sé, confrontando integralistas (um dos modelos brasileiros de fascismo, de totalitarismo) e tropas da Força Pública (a Polícia Militar do período) que acobertavam os “galinhas verdes” (alusão pejorativa ao mascote e as cores dos integralistas, o galo “Tupã” e o verde militar).

Mas o anarcossindicalismo desgastado pela repressão de toda a República Velha (30 anos), ainda teria que enfrentar a ditadura de Getúlio Vargas (chamada de Estado Novo) que foi o ápice da repressão contra o movimento dos

trabalhadores, contra os sindicatos livres.

Tendo inspiração nos modelos totalitários vigentes na Europa (Hitler, Mussoline, Franco, Salazar), Vargas decretou uma sequência de medidas que causariam impactos terríveis no meio sindical livre e revolucionário. A começar pela necessidade de autorização do Estado para o funcionamento e regulamentação dos sindicatos. Além disso, a ditadura continuou a prender sindicalistas considerados subversivos e fechou todos os sindicatos que não se adequassem a nova legislação, abrindo novos sindicatos de perfil corporativista e fascista vigiados pelo Estado (através do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS). Outro marco do desmonte dos sindicatos revolucionários, livres foi a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), uma camisa de força fascista que dura até hoje. Decretada em 1º de maio de 1943, regulamenta e adequa o trabalho no país para satisfazer aos interesses do capital. Por meio dessa legislação, o sindicalismo passa a ser atrelado e dependente do Estado, por meio do Ministério do Trabalho. As leis do trabalho também se conciliam com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), braço do capital internacional dentro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, é fácil imaginar porque, após 69 anos, a CLT e as práticas fascistas estejam impregnadas na organização do trabalho brasileiro .

A partir dos desdobramentos dessa história podemos entender o sindicalismo contemporâneo e constatar que todo sindicalismo formado a partir de reformas das estruturas institucionais, estavam e estão fadados a serem instrumentos e correias de transmissão do corporativismo fascista (de direita e de esquerda, não se pode esquecer!), amordaçando os trabalhadores, mantendo o lastro do modelo capitalista de produção ou para o modelo da ditadura do proletário, onde o partido se torna patrão exclusivo (basta ler o Manifesto Comunista para perceber as ambições totalitárias e centralizadoras do programa comunista de Marx).

A Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada sob a égide do Estado Novo, além de manietar os trabalhadores urbanos, excluiu de sua regulamentação os trabalhadores domésticos e os ditos “informais”, compostos em sua maior parte por pessoas de pouca ou nenhuma instrução e ainda com sua fragorosa maioria: mais de cinco milhões sem ter a Carteira de Trabalho assinada, isso para um universo de mais de 6 milhões. Ficaram também de fora da CLT de 1943 os trabalhadores rurais e os servidores públicos. Os domésticos permanecem ainda com menos direitos que os demais trabalhadores, os servidores públicos estão perdidos num cipoal de leis não cumpridas e sem o direito elementar de intentar processo de dissídio junto à justiça do trabalho.

Embora resistindo às medidas repressivas do Governo Vargas, como a Lei de Segurança Nacional e as ações de desmonte dos Sindicatos Livres coordenadas pelo Ministério do Trabalho, o anarcossindicalismo sofre sério revés no ano de 1937, quando da implantação do Estado Novo, tornando ilegal

e objeto de prisão a militância libertária. Superada a longa noite do arbítrio do Estado Novo, que se estende até o ano de 1945, temos os anarco-sindicalistas novamente se reunindo, realizando Congressos, reatando suas relações no seio da AIT e em todo o Brasil. Essas experiências, em regra desprezadas pela historiografia positivista e stalinista, existiram e possibilitaram que esse conjunto de ideias timidamente chegasse aos dias atuais, onde a luta subterrânea mantém-se acessa.

Oportuno lembrar que o Brasil, retorna aos braços da exceção e do arbítrio em 1º de abril de 1964, com o golpe militar, situação que atinge mais uma vez em cheio os libertários, os quais além de retornarem aos presídios têm vedado o direito de se reunir, de se expressar e divulgar suas ideias. Essa situação se estende por 20 anos, nos quais a estrutura nazifascista dos sindicatos oficiais é integralmente mantida, período em que o peleguismo e o stalinismo coabitam pacificamente no parasitismo propiciado pelas estruturas econômicas dos sindicatos. A “coisa” com a qual tais sindicalistas tinham menos que se preocupar era com os trabalhadores. Na esteira do processo de abertura, “novos” agentes sociais se posicionam (gestados no seio dos sindicatos celetistas, ou nas sombras das catacumbas reformistas da Igreja e da sua “Teologia da Libertação”), com vistas a se apoderar do maior número de sindicatos estatais e dar curso a seus propósitos político-partidários, que atualmente se traduzem na “Lei de Gerson”, visando tão somente seus interesses pessoais. Consideremos, nesse sentido, a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para ilustrar e justificar o que expomos. No processo de abertura política, uma forma que os militares encontraram para transferir de forma lenta os poderes que tinham confiscado em 1964, e assegurar que tudo que tinham feito não pudesse ser passível de processos futuros, foi a Lei da Anistia, que incluiu torturados e torturadores, criando ressentimentos e questões que ainda precisam ser resolvidas. Este processo também abrandou a rigidez do sistema ditatorial, proporcionando condições para que alguns movimentos sociais começassem a se organizar. Foi isso que ocorreu no movimento sindical.

Foram elaborados documentos em todo país por meio de encontros estaduais, que levaram a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ocorrido em 21 de agosto de 1981, reunindo os mais diversificados agrupamentos vinculados as questões do trabalho. Como resultado, formou-se uma Comissão pró-Central Única dos Trabalhadores, que levou ao Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em 1983, onde, finalmente, surge a CUT (O Congresso foi de 26 a 28 de agosto de 1983, nele a maioria dos sindicalistas do PCB, a totalidade do PCdoB, MR8, e a maioria dos trabalhistas do PDT não compareceram). Esse caminho não foi linear e unívoco, houve discussões, divergências e separações ainda em 1983, que acarretariam, mais tarde, na formação da CGT (1986). Esta, inicialmente, congregaria parte dos trabalhistas, pelegos simpáticos ao regime militar, stalinistas etc. Como descrevemos, neste período a esquerda institucional

(formada por setores católicos, o autodenominado Partido dos Trabalhadores, PCB, na época sucursal de Moscou, PCdoB, MR8 e outros atores políticos) tentou, de forma hipócrita, imprimir certas diretrizes a nova central, além de um caráter populista que se estende até hoje.

No caso específico da CUT, criada para romper com o modelo fascista e corporativista, enfocando conceitos que sinalizavam até para algo próximo de um sindicalismo livre, na prática, se tornou uma central burocrática, institucionalizada e reformista.

Constavam como bandeiras de lutas iniciais dos movimentos que levaram a formação da CUT em 1983 a extinção do “Imposto Sindical”, o fim do assistencialismo e o desatrelamento dos Sindicatos ao Estado. Efetivamente, tudo não passou de engodo publicitário, uma vez que tais bandeiras de lutas continuam do jeito que surgiram, no papel sem ações efetivas para sua realização. Como havíamos comentado anteriormente, com a construção da CUT, a história do sindicalismo no Brasil e as práticas revolucionárias do começo do século XX foram completamente descartadas. Restou à nova Central o uso de alguns slogans e palavras de efeito, tal como Lênin havia feito na Revolução Russa para atrair os trabalhadores (e traí-los posteriormente). Não só os discursos e propagandas feitos pelas “lideranças” cutistas estão em flagrante desencontro com a sua prática reformista e pró-Estado, como também mantém-se dentro da estrutura que critica, sendo a maior “central sindical do país”, recebendo grandes subvenções do MTE e sendo a base de apoio do governo com junto aos trabalhadores, já que boa parte de seus partidários são também vinculados ao partido do governo e base aliada. Não precisamos nos estender sobre a história das outras centrais sindicais.

Todas possuem discursos mais ou menos populistas, alguns até mais radicais como do Conlutas ou da Intersindical, mas todas possuem práticas reformistas e burocráticas, uma vez que buscam se legalizar junto ao Estado, recebendo do governo numerários oriundos de sua relação orgânica com o Estado, numa ilusão de que reformando as leis, o Estado se torne um “mau menor”. O imposto sindical, imposto, logo obrigatório expropria os trabalhadores anualmente e fomenta a manutenção do sistema sindical vigente. A CLT mantém o controle do Estado e dos empregadores (patrões, empresários e os adjetivos usados para caracterizar que explora) sobre os empregados, ou seja, dos trabalhadores. Não só os trabalhadores ficam subjulgados a essa relação, como a esfera informal tende a receber sua influência ditando parâmetros para os informais. Existe uma tensão muito grande nessa relação porque para se ter uma produção competitiva, uma prerrogativa básica do capitalismo, o modelo trabalhista brasileiro aos olhos das entidades patronais e empresariais são grandes estorvos e precisam de alterações, num conjunto de medidas consideradas “flexibilizantes”, pois criam contratos com cláusulas que seriam abusivas na legislação atual, como opções sobre 13º salário, férias, horas extras, bancos de horas, licenças, redução da contribuição e até o fim da previdência social (transferindo para o setor

privado tal “luxo”). Observando esse ataque das patronais (patronal é o nome dado as associações, sindicatos e organizações dos empresários, patrões, dos exploradores em geral) nos remete a avaliar nossa própria organização, já que os trabalhadores precisam de ter uma grande união de resistência e combativa contra as patronais e o Estado.



Os sindicatos hoje

Todo sindicato que busque legalidade, estará se sujeitando a lógica do modelo getulista, as leis de exceção do Estado Novo, e a consequente subordinação ao Ministério do Trabalho e Emprego. A luta sindical legal é feita, sobretudo por advogados. Alguns ainda tentam, dentro desse espectro, apontar algumas práticas diferentes. Entretanto, como pelegos/chapas brancas que são, coniventes com o sistema, praticam um sindicalismo de resultado e conciliador do trabalho. Não há um aprofundamento das questões dos trabalhadores e, por isso, mantém-se na superficialidade, buscando sempre o caminho do acordo com o patronato.

Por outro lado, há aqueles que praticam um sindicalismo corporativo, visando, acima de tudo, resolver questões isoladas, acumulando certos ganhos para as categorias a que estão vinculados, em detrimento das demais. É o que podemos considerar como sindicalismo “egoísta”, que só vê sua própria causa e só busca satisfazer aos interesses de sua categoria, sem preocupações com os outros ramos de trabalho, com os outros trabalhadores, em suma, cada um por si e a exploração contra todos. Um sindicalismo sobretudo de resultado. Há também, dentro dessas agremiações oficiais, uma grande quantidade de práticas sindicais ditas de “resistência”, com um viés radical e um discurso de “luta de classes”, que usa a estrutura sindical para manter a luta pelo poder político de uma classe. Esse tipo de sindicalismo conta com o aparelhamento estatal, nos moldes do marxismo-trotskyismo. Ainda que reconheçam as desigualdades sociais do capitalismo, mantém-se na estrutura sindical oficial, buscando a legalidade por meio do reconhecimento do Estado, o qual pretendem controlar para praticar suposto programa “revolucionário”. Os desdobramentos disso a história nos mostra que isso sempre se torna apenas a

ascensão de um grupo ao poder e a queda de outro. No caso, muitos afirmam que ascensão dos explorados como “classe” dominante é o fim das relações de exploração e o marco de uma nova sociedade, o que não ocorreu nos diversos países em que isso ocorreu. Neles, o que ocorreu foi a formação de uma nova classe dominante (no caso o partidos “revolucionários”), ditadora sobre a população, considerada sua massa de manobra para os mais “nobres” fins. Sacrificam o a teoria para obterem resultados imediatos.

Por fim, há os sindicatos revolucionários, que são construídos sem a anuência do Estado, sem a benção do patrão, dos Partidos Políticos e das Igrejas, buscando a legitimidade de fato no meio dos trabalhadores, ignorando as estruturas viciadas existentes.

Neles, não há uma diretoria constituída, não há imposto sindical, não há funcionários do sindicato, não há uma estrutura de privilégios; sua construção é obra de todxs e não há intervenção ou obediência a leis do Estado ou do capital. De acordo com as palavras da Associação Internacional dos Trabalhadores: “A emancipação dos oprimidos e explorados é obra dos próprios oprimidos e explorados”. Nesse sentido, é contrastante com as outras práticas sindicais, que usam os meios sindicais para favorecer seus próprios interesses. O sindicalismo revolucionário no Brasil é signatário do anarcossindicalismo e podemos considerar a COB de 1906 como marco e referência e suas práticas estão atualmente de acordo com as propostas amplas da luta, o que leva a ter uma interação muito maior com os movimentos sociais, aliás, trazendo o conceito de união das lutas de nossa gente, de modo a fortalecer todas as lutas sociais. Busca em cada trabalhador a composição de uma energia coletiva, de um sindicato realmente livre, legítimo, reconhecidamente revolucionário, que visa o bem estar e a liberdade, são as divisas de outrora reavivadas no fervor da luta.

A construção de uma organização anarco-sindical se dá na união consciente dos trabalhadores e desempregados, oprimidos e explorados visando não só as melhorias sociais, econômicas agora mas como também a transformação social nesse processo.





Organização

A compreensão do passado nos oferece as condições para ação agora e a construção de nosso futuro, onde a dignidade e liberdade são frutos da luta emancipatória. Por isso foi apresentado um breve histórico de fatos oriundos da luta dos trabalhadores e que é diferente do que é apresentando “oficialmente”. É claro que isso pode ser contestado, o mais importante é que através de pesquisas e estudos efetuados de forma séria e para construção de nossa emancipação, tenhamos materiais que retratem de forma ampla esse passado que distorcido por muitos materiais acadêmicos sem compromissos emancipatórios e alinhados a manter a construção do saber como mantenedora do sistema vigente.

Em nosso caso nosso compromisso é outro, sua derrubada, a contestação, crítica da sociedade em todos seus aspectos sejam econômicos, culturais, sexuais, políticos, ambientais e através desse processo considerado destrutivo, construir os fundamentos do comunismo libertário das experiências resultantes.

O ponto de partida aqui é a organização para o enfrentamento nas relações de trabalho (mas que poderá desenvolver outras ações em outras esferas, mas sem perder o foco nas relações econômicas), da produção e até da distribuição, na qual o sindicalismo revolucionário não é uma teoria distante, mas uma prática viva. No Brasil a organização do sindicalismo revolucionário atual é o resgate das práticas das organizações anarco-sindicalistas do início do século XX (conforme brevemente apresentado) e contextualizadas com o presente e suas características.

O sindicalismo revolucionário se forma a partir de núcleos locais nos lugares de trabalho, onde os trabalhadores exercem seus ofícios. A união desses trabalhadores em torno da luta por melhores condições de trabalho e salários são o primeiro ponto para formação do sindicato, mas no caso do sindicalismo revolucionário isso é apenas uma parte do processo, pois uma das finalidades do anarcossindicalismo é construir as bases para o comunismo libertário, extrapolando e muito as questões imediatas salariais. Nesse processo organizativo, não uma receita ou tutorial de como deve ser feito, limitando a ter nos referenciais da AIT o elementos para organização anarco-sindical, os quais podemos destacar:

-O sindicalismo revolucionário se baseia na luta de classe, por isso, busca a união dos oprimidos e explorados, trabalhadores e desempregados, sua finalidade é a reorganização da sociedade em base do comunismo libertário, tendo nos trabalhadores sua base produtiva e distributiva;

-O sindicalismo revolucionário luta contra o monopólio econômico, social e político, suplantando com a formação de comunas, coletivos econômicos e órgão administrativos gerenciados pelos trabalhadores do campo e cidade, sem controle e nem subordinados aos partidos políticos. É a organização econômica do trabalho, a administração das coisas de forma direta, sem o governo do homem sobre o homem;

-O sindicalismo revolucionário é contra o Estado pois este mantém e constrói relações desiguais econômicas, políticas e sociais;

-Há uma dupla luta: a cotidiana para o melhoramento econômico, social e intelectual de nossa gente e a o preparo de nossa gente para assumirem o gerenciamento de forma livre o processo produção e distribuição, indispensável para a nova sociedade. Assumindo o gerenciamento de toda a cadeia produtiva e de todos os ramos do trabalho visando todas satisfazer as necessidades do coltivo;

-O sindicalismo revolucionário se opõe aos modelos centralizadores e ou monopolistas no Estado e nas religiões, uma vez que só serve para a manutenção da exploração e opressão contra nossa gente;

-O sindicalismo revolucionário promove o federalismo constituído das bases locais, de baixo para cima;

-O sindicalismo revolucionário não é reformista, não adota práticas parlamentares, nem processos eleitorais, não colabora com o modelo legislativo vigente porque é uma farsa contra nossa gente;

-O sindicalismo revolucionário é anacionalista (sem nação), não tem fronteiras e é contra elas;

-O sindicalismo revolucionário sendo anacionalista, é contra as guerras e o militarismo, mantendo campanha contra as guerras, contra os exércitos regulares;

-A reorganização dos meios de produção devem atender a preservação do meio ambiente e que sejam renováveis;

-O sindicalismo revolucionário usa a ação direta e tudo que esteja conforme a seus princípios: boicote, greve, sabotagem, etc.

Com esses elementos temos as bases constitutivas de uma organização sindical livre e comprometida com a emancipação dos oprimidos e explorados.





Princípios Anarquistas – Continuação

O processo de organização revolucionário é desenvolvido ao longo das gerações, as vezes mesmo tendo que começar quase do zero.

Em muitos casos é a repressão ou mesmo profundas divergências que não resolvidas da forma libertária, leva a dissolução dos grupos e o afastamento dos indivíduos do anarquismo. Em muitos casos, isso só leva a reforçar a necessidade e convicção de não aceitar o estado de exploração e opressão reinante e nem a submissão aos grupos dominantes de esquerda ou direita, que sustentam modelos autoritários e centralistas.

Afirmamos que nossos princípios são compromissos de luta de nossa classe, dos oprimidos e explorados. Oriundos desses grupos, sofreremos a miséria e estamos indignados com essa situação e nos organizamos para o enfrentamento, de modo a não abrir mão do anarquismo e nem dos princípios que o caracteriza.

A luta de emancipação de obra de todos, unamo-nos!



IV-Ação Direta

É a ação exercida pelos oprimidos. É o esforço direto, que cada indivíduo exerce de forma direta contra e sobre as forças que o domina sem intervenção de “atravessadores de qualquer espécie” (políticos, parlamentares, líderes, chefias ...), a pressão necessária para obter o que lhe é devido.

Significa a reação constante dos oprimidos contra a ordem atual criando próprios meios de ação. Rebelar-se contra a sociedade de cidadãos, até seu produtor. Envolve então a personalidade humana e sua iniciativa, opondo-se à

força conservadora da democracia representativa e ao caráter passivo e imobilizador da democracia burguesa.

Deve também conquistar o acordo com outros indivíduos e grupos de ação direta na sua conjuntura. Porém ela será intensa ou será reduzida segundo os acordos, recursos e a necessidade real de cada região.

A ação direta deve manter-se em constante oposição frente ao opressor, incorporando métodos revolucionários e de negação ao colaboracionismo pelego, a harmonia social do capital. A colaboração com os reformistas significa enfraquecer a luta popular de emancipação. A ação intrinsecamente relacionados aos fins e que os procedimentos finalistas podem prejudicar o conjunto de novas ações em médio e a longo prazo. Portanto deve haver o bom senso nas ações que comprometam a luta libertária e a união do anarquismo.

Trata-se de um passo importante para formação de uma dignidade coletiva, à medida que o povo tem o direito de exercer o seu desenvolvimento. Serve-se para solução de conflitos e a sua eficiência está intimamente relacionada à justiça social. Nem sempre a ação direta será pacífica ou violenta, mas conforme a circunstâncias conjunturais. Podem ser ofensivas ou defensivas, visando o triunfo das reivindicações populares e devem contar sempre com aprovação da população pela conduta, propaganda pela ação. Deve atuar como um processo educacional visando democracia direta. É um princípio tático que desenvolve a prática de liberdade e de iniciativa.



V-Pluralidade de ação:

O anarquismo é uma conjunto completo de pensamento, que pode ser aplicado de várias formas, em ações diferentes, mas nunca se deve perder o entendimento que é um conceito singular de aplicação plural, sempre tendo em mente que não se pode oprimir e nem explorar em nome da anarquia. Os métodos libertários são métodos que não toleram o totalitarismo ou parcerias com propostas inimigas como partidos, como vanguardas, com golpistas, com a igreja e qualquer setor reformista que queira manter o Estado ou ter uma organização centralista e autoritária. Que se faça anarquia em várias áreas, de várias maneiras, mas sem se submeter a lógica conservadora, sem fazer aliança, frente ou parceria com nossos inimigos. Inimigo se combate, não se alia!



VI-Antiautoritarismo

Abolir a autoridade como forma de domínio e não autoridade como competência diferenciada dentro de uma sociedade em que esta diversidade exista. Autoridade e hierarquia são modelos estruturais de gestão e controle que criam e recriam diversos problemas dentro da sociedade e para cada um de seus participantes.

VII-Classismo Combativo

É nossa classe em luta, Não queremos que mais gerações sofram e padeçam sobre o jugo da exploração desenfreada.

Para que estas atrocidades cessem, nos organizamos visando nossa emancipação e uma vida de produção, distribuição de forma direta e autogestionária.

A luta de classes existe e seus confrontos se dão diariamente nas relações desiguais da sociedade. Não podemos alimentar o sistema e suas instituições.

O processo de emancipação é eliminar as classes sociais de tal maneira que não assuma mais nenhuma ao poder, logo é necessário suprimir a estrutura de dominação classista e os conflitos gerados a partir dela mesma.

O modelo adotado pelas vanguardas e partidos longe de ser revolucionário, estagna a revolução e estabiliza o modelo estatal (seja comunista, seja capitalista) corrigindo seus abusos. Os sindicatos, importantes espaços de ruptura e reorganização econômica, se tornam órgãos legais que amordaçam os trabalhadores e o fazem trabalhar sem lutar de forma direta por sua emancipação. Alimentam o sistema em vez de destruí-lo. O sindicalismo revolucionário da AIT será o rompimento com isso, nesse caso, trazendo a luta emancipatória de forma direta e libertária.

Devemos reunir a nossa classe e manter a luta emancipatória até não mais existir classes sociais e suas desigualdades.



Eŭropo sen pulso

La problemo de nia milito estas, esence kaj fakte, la plej grava afero en la nuntago de Eŭropo. En ĉi tiu ĝusta momento, la kontinento trovis pretekston por devojigi la publikan opinion kaj distri ĝin el disreviĝo, pro kompleta fiasko de ĉiuj klopodoj por aranĝi la konflikton. Tiu preteksto estas la konferenco de Bruselo, kiu celis solvon de la afero en malproksima Oriento kun senefiko paralela al tiu de la proksima Okcidento.

Post la teatra ludo de Ĝenevo, post la interkonsento de Nyon, post la malkvieta grumblo de Parizo; mallonge, post la hispana dramo, kiu restas senŝanĝa, aŭdaco de la faŝismo ĝuas novan komedion en Bruselo. Feliĉe por ni, la streĉa energio por libero estas morala trezoro, neelĉerpebla ĉe nia popolo. Mankus al ni armiloj, helpo kaj mono; kiam oni pensus, ke nia fatala sorto estas malvenki, tiam, la lasta hispano oferus al la mondo belan lecionon pri sia digno. Tion oni malfacile povas kompreni en eksterlando. Ŝajne, aliaj landoj estas pli impresblaj por la arogo de la diktatoroj ol por la profunda leciono de nobla popolo, decidinta ne permesi al perfiduloj kaj invadintoj vendi kaj distranĉegi ĝin enmeze de la eŭropa indiferenteco, kiu iel estas helpo al la krimuloj kaj modernaj barbaroj.

La amasoj – ni kuraĝas fari akran aserton! – tute fiaskas. La aŭtokratoj uzas ilin kiel obeemajn ludilojn. La amasoj progresie perdas sian kapablon reagi. Je mallonga distanco de ilia historia juĝo, troviĝas la disfalo de la libero por la amasoj en Germanio, en Aŭstrio, en Italio, k.c. En kontrasto, nur la

triumfa revolucia leviĝo de la rusaj amasoj (ruĝa ditatoro kaj partia komunista kontrolo, t.e., maldekstra faŝismo). Tate proksime staras la poemo pri libero de la hispanaj, poemo de radiantaj strofoj. Tamen, la impona amasego el homoj de la demokratioj, malgraŭ tio ke ili vivas sub liberala resgistemo, ne efikas konkrete pli ol la inertaj amasoj de la diktatorecaj reĝimoj. Dum disvolviĝas la estonto de la civilizo, la amasoj, fremde al la ĉarmoj de homa spirito, toleras, ke la stulteco, la hipokriteco kaj alies barbareco, kun tiu de iliaj propraj gvidantoj, muldas ilian sorton.

Jes. La amasoj tute fiaskas, vel ĉar se ne sufiĉas la hispana ekzemplo por skurĝi ilian instinkton kaj puŝi ilin kuraĝe en la glacian zonon de la kancelarioj kaj de la kompromisoj, ili ja malhavas ĉian agadkapablon, kompromitas sian estonton kaj meritas ĉion malbonan, kio povas veni al ili. Kia ajn estu la destino de Hispanio, ni povos sendiskute – kun fiero! - ŝlosi civilizon aŭ naski novan periodon. Nia ekzemplo estas unika, enmeze de la senmoveco de la amasoj; nia obstino en la lukto estas la sola roko elstaranta sur la moviĝebla sablo de la eŭropa kontinento.



Não engula qualquer coisa ...



Anda nas bocas por ai ...

Aurora Obreira!

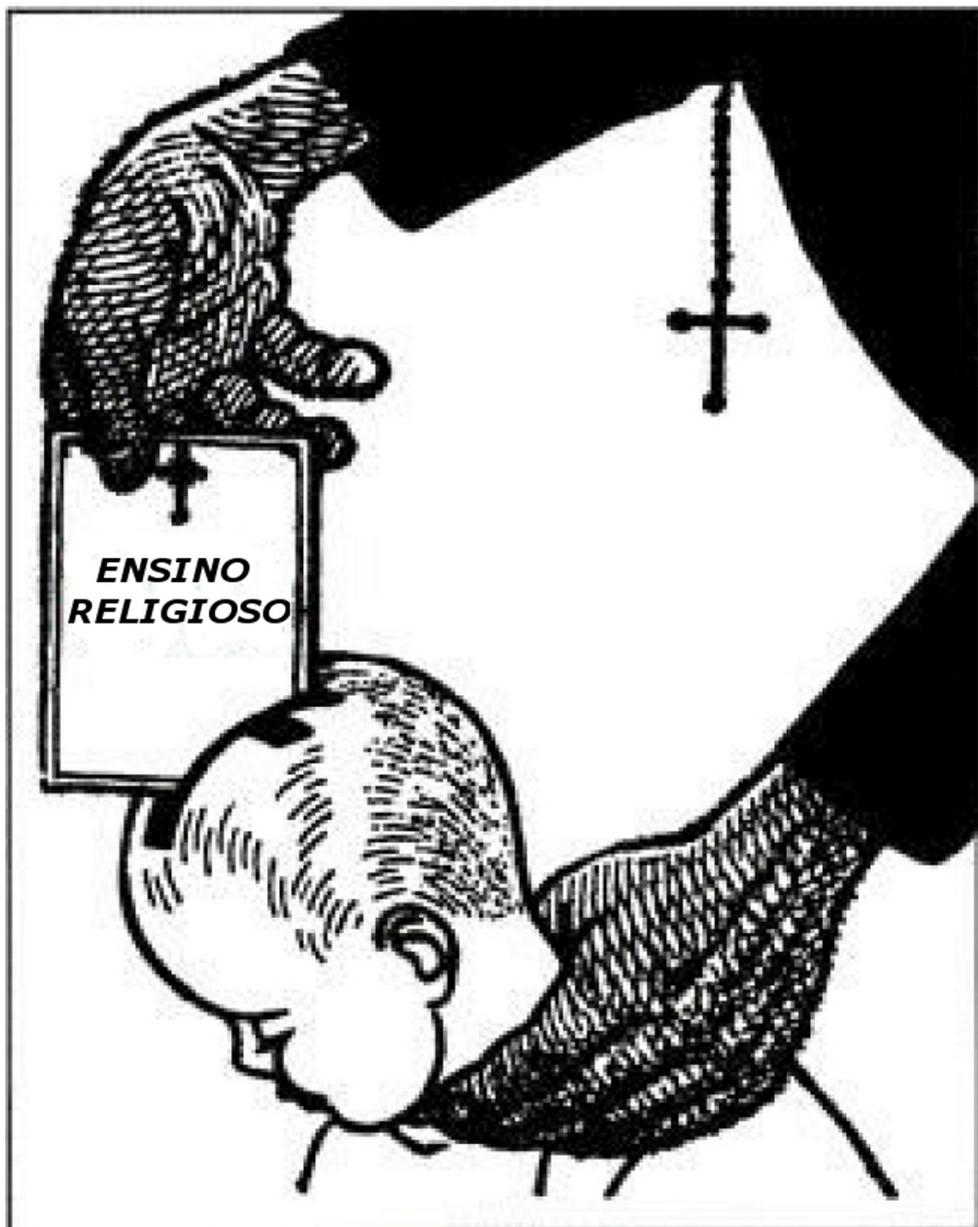
Leia, divulgue e contribua!

Veja nosso sitio eletrônico:

anarkio.net

fenikso@riseup.net

barricadalibertaria@yahoo.com.br



**A intolerância religiosa é um dano a humanidade!
Contra o preconceito e imposição religiosa e pela
união anticlerical!
Abaixo as instituições religiosas e crenças
mercenárias!**